



São Paulo, 27 de fevereiro de 2026. **Apresentação:** Submetemos à aprovação de V.Sas. as demonstrações financeiras da UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora), elaboradas de acordo com as normas e instruções do Banco Central do Brasil e com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, relativas ao exercício findo em dezembro de 2025. **Atuação:** A Corretora atua aos seus clientes, pessoas físicas e jurídicas, produtos e serviços financeiros, incluindo intermediação de valores e, principalmente, corretagens de valores operadas via B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e conduz as suas operações por meio de uma sólida gestão de riscos. **Evolução dos negócios:** A Corretora apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, lucro líquido de R\$ 53.230 mil, e um patrimônio líquido de R\$ 609.368 mil. O resultado do exercício foi impactado pela inversão na expectativa de taxa de juros, que passou a ser elevada em 2025. Essa alteração impactou o perfil das operações estruturadas pelo mercado, afetando principalmente as receitas com comissões para colocação de títulos. Parte dessa queda de receita foi compensada pelo menor nível de despesa com comissões e corretagens a pagar pela origemação/assessoria em operações. **Principais fatos societários ocorridos durante o período até a data de assento social:** **Demonstrações financeiras:** Em 31 de maio de 2024, foi concluída a fusão entre o UBS A.G. e o Credit Suisse A.G. ("Parent Bank merger-PBM"), com a consequente incorporação do Credit Suisse A.G. Desta forma, o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.) passou a ser controlado diretamente pelo UBS A.G. Conforme aprovação do Banco Central do Brasil, a partir de 1º de julho

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)	
Ativo	Notas 31/12/2025
<b>Circulante e não circulante</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	4 225.303
<b>Instrumentos financeiros mensurados:</b>	5 473.850
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	408.960
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	57.502
Ao custo amortizado (CA)	7.388
<b>Negociação e intermediação de valores</b>	6 309.838
<b>Outros ativos</b>	7 14.132
<b>Impostos a compensar</b>	8 17.623
<b>Ativo fiscal diferido</b>	12b 59.739
<b>Depósitos judiciais</b>	9 47.434
<b>Imobilizado de uso</b>	10a 7.042
<b>Intangível</b>	10b 18.996
<b>Total do Ativo</b>	1.173.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total	
	Nota	Capital Social	Legal	Outras Estatutárias	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros acumulados
Saldo em 30 de junho de 2025		363.158	24.925	48.430	247.723	(97.330)	586.906
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo, líquidos de tributos		-	-	-	-	(43)	(43)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	35.167	35.167
Destinações:							
Reserva legal		- 1.759	-	-	-	(1.759)	-
Dividendos		-	-	(4.290)	-	(8.352)	(12.642)
Reserva estatutária		-	-	25.056	-	(25.056)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>13</b>	<b>363.158</b>	<b>26.684</b>	<b>44.140</b>	<b>272.779</b>	<b>(97.373)</b>	<b>609.388</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>363.158</b>	<b>24.022</b>	<b>44.140</b>	<b>234.853</b>	<b>(92.354)</b>	<b>573.819</b>
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021*		-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2025</b>		<b>363.158</b>	<b>24.022</b>	<b>44.140</b>	<b>234.853</b>	<b>(92.354)</b>	<b>573.819</b>
Amortização Ágio		-	-	-	-	(5.036)	(5.036)
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo, líquidos de tributos		-	-	-	-	17	17
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	53.230	53.230
Destinações:							
Reserva legal		- 2.662	-	-	-	(2.662)	-
Dividendos		-	-	-	-	(12.642)	(12.642)
Reserva estatutária		-	-	37.926	-	(37.926)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>13</b>	<b>363.158</b>	<b>26.684</b>	<b>44.140</b>	<b>272.779</b>	<b>(97.373)</b>	<b>609.388</b>

\*A adoção da referida norma não gerou impactos na classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, portanto, o saldo de abertura de 01/01/2025 é igual ao de 31/12/2024.

#### Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo - SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 4º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, e possui como objetivo social operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores, subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários, instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, intermediar operações no mercado de câmbio, e executar outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Corretora faz parte do conglomerado UBS Brasil e do Grupo UBS BB, que é controlado pelo UBS AG (50,01%), com participação minoritária do BB-Banco de Investimento S.A. (49,99%). Dentro do Grupo UBS BB, a Corretora possui como controladora a UBS BB Holding Financeira S.A., que detém todas as suas ações, e possui indiretamente o UBS BB Serviços que detém total controle da entidade UBS BB Holding Financeira S.A. Em 31 de maio de 2024, foi concluída a fusão entre o UBS A.G. e o Credit Suisse A.G. ("Parent Bank merger-PBM"), com a consequente incorporação do Credit Suisse A.G. Desta forma, o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.) passou a ser controlado diretamente pelo UBS A.G. Conforme aprovação do Banco Central do Brasil, a partir de 1º de julho de 2024, o Conglomerado Prudencial UBS Brasil passou a ser composto pelas seguintes entidades: Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A., Banco UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.), Credit Suisse (Brasil) S.A., Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A. (anteriormente Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.), UBS Brazil Bahamas Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited), UBS BB Banco de Investimento S.A. UBS BB Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A., UBS Próprio Fundo de Investimento Financeiro - Multimercado (anteriormente Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior), Credit Suisse "Próprio" Market Maker Fundo de Investimento Financeiro - Multimercado (anteriormente Credit Suisse "Próprio" Market Maker Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior) e UBS Brazil Access Fund Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil Arbitrage Fund Limited), tendo como empresa líder o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: a) Base de elaboração:** As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. O resultado e a posição financeira da Corretora estão expressos em milhares de reais, sendo esta a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras. A Corretora adotou em 1º de janeiro de 2025, as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 que alteram os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação nas Demonstrações Contábeis Individuais dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 da Resolução 4966/21 e no artigo 102 da Resolução 352/23. Os efeitos em referida transição normativa estão detalhados na nota 2c.1. Posterior, em 23 de novembro de 2023, o Banco Central do Brasil (BACEN) emitiu a Resolução BCB nº 352, que dispõe dos mesmos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21, porém com aplicação expandida para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e sociedades que operam pelo Banco Central do Brasil. Além disso, trouxe maior detalhamento sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidência de informações relativas a instrumentos financeiros e as notas explicativas referentes às demonstrações financeiras. A diretoria aprovou e autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2026. b) **Julgamentos e estimativas contábeis significativas:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerceu o melhor de seu julgamento e utilizou estimativas para calcular os valores reconhecidos nessas demonstrações. **Contingentes:** A Administração avaliou a capacidade da Corretora em continuar operando normalmente e está convicida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, desta forma, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando este princípio. **Impostos diferidos:** Impostos diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no exercício em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver. **Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** A Corretora revisa periodicamente suas provisões para riscos de demandas contingentes. Esta revisão utiliza a melhor avaliação e estimativa da Administração, apoiada por parecer de assessores legais, quanto à possibilidade de dispêndio de recursos financeiros e à determinação de seus respectivos montantes. c) **Pronunciamentos, alterações e interpretações existentes:** As políticas contábeis adotadas pelo conglomerado UBS Brasil, são aplicadas de forma consistente durante todo o exercício apresentado nessas demonstrações financeiras e de maneira uniforme para as empresas do grupo. c.1) **Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025:** A Resolução CMN nº 4.966 e 25/11/2021 e Resolução BCB 352 de 23/11/2023, dispõem sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco realizou as avaliações das alterações necessárias para atender sua implementação, identificação e tratamento dos impactos. Para a implementação da Resolução CMN 4.966, os modelos de negócios foram aprovados pela diretoria do UBS BB e são conservadores, amparados, principalmente, por títulos públicos federais, instrumentos financeiros de baixo risco, baixa volatilidade e alta liquidez, mensurado no nível 1 da hierarquia de valor justo. A adoção foi prospectiva, sem efeitos materiais, a partir de 1º de janeiro de 2025. A nova classificação contábil, decorrente dos conceitos e procedimentos estabelecidos pela Resolução CMN 4.966, as características desses instrumentos financeiros, não apresenta alterações em relação aos padrões contábeis de reconhecimento e mensuração adotados pela Corretora até 31.12.2024. Segue abaixo a lista das principais alterações regulatórias:

Ativo Financeiro	Classificação até 31/12/2024	Classificação em 31/12/2025
Operações compromissadas. Custo amortizado	Custo amortizado (CA)	Custo amortizado (CA)
Depósitos interfinanceiros. Custo amortizado	Custo amortizado (CA)	Custo amortizado (CA)
Títulos Públicos. Disponível para venda - resultado abrangente (VJORA)	Valor justo por meio de resultado abrangente (VJORA)	Valor justo por meio de resultado (VJR)
Fundo FILCB - B3. Disponível para venda - resultado (VJR) 1	Valor justo por meio de resultado (VJR)	Valor justo por meio de resultado (VJR)

1 No segundo semestre de 2025, o Fundo FILCB - B3, foi reclassificado de valor justo por meio de resultado abrangente (VJORA) para valor justo por meio de resultado (VJR).

em 12 de junho de 2024 foi publicada a Resolução BCB nº 390/24, que altera a Resolução BCB nº 92/21, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF), aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. Tal normativo foi implementado pela Corretora, tendo sido realizadas as alterações necessárias nos sistemas internos. Resolução CMN nº 4.975/21 - Arrendamento - Recepciona o

## UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 02.819.125/0001-73

### Relatório da Administração

de 2024, o Conglomerado Prudencial UBS Brasil passou a ser composto pelas seguintes entidades: Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A., Banco UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.), Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A. (anteriormente Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.), UBS Brazil Bahamas Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited), UBS BB Banco de Investimento S.A. UBS BB Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A., UBS Próprio Fundo de Investimento Financeiro - Multimercado (anteriormente Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior), Credit Suisse "Próprio" Market Maker Fundo de Investimento Financeiro - Multimercado (anteriormente Credit Suisse "Próprio" Market Maker Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior) e UBS Brazil Access Fund Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil Arbitrage Fund Limited), tendo como empresa líder o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. **Política de distribuição de dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas e com base no estatuto social da Corretora. **Índice de Basileia:** O Conglomerado UBS Brasil apura seus limites operacionais de forma consolidada. O Patrimônio de Referência, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 4.426.866 mil e o Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA (Risk-weighted Assets) correspondia a R\$ 986.622 mil, resultando em uma margem de R\$ 3.440.243 mil. O índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2025, era de 35,90%. **Gerenciamento de**

**riscos:** O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado UBS Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de riscos. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo. Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, o Conglomerado disponibiliza em seu site na internet, até 31 de março de 2026, as informações referentes ao gerenciamento do Patrimônio de Referência Exigido, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e à adequação do Patrimônio de Referência, conforme a Resolução CMN nº 4.955/21, assim como a descrição do processo de gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/11 no endereço: <https://www.ubs.com/global/legal/country/brazil/plar3.html>. **Diversidade, Equidade e Inclusão:** O Grupo UBS tem o compromisso de ser um ambiente de trabalho diverso e inclusivo, baseado na meritocracia, e busca construir uma cultura de pertencimento, na qual todos os colaboradores sejam reconhecidos e valorizados, e onde todos possam ter sucesso e prosperar. Acreditamos que equipes diversas e inclusivas impulsionam a inovação, aprimoram a tomada de decisões e compreendem melhor a diversidade das necessidades e interesses de nossos clientes. Remuneramos com base no desempenho e levamos a equidade salarial muito a sério. Em todas as nossas localidades, aplicamos os mesmos padrões de remuneração justa, reforçados por revisões anuais de nossa abordagem e de nossas políticas, em conformidade com metodologias consolidadas de igualdade salarial. As análises de equidade salarial com foco em gênero estão incorporadas aos nossos processos de remuneração. Caso sejam

Demonstração do resultado - Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)	
	Notas 2º Sem/2025 31/12/2025
<b>Resultado de operações com instrumentos financeiros mensurados:</b>	16 47.751 89.083
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	28.495 51.652
Ao custo amortizado	14.914 29.064
Ao valor justo por meio de resultado	4.342 8.367
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>296.002 573.540</b>
Receitas de prestação de serviços	17 296.002 573.540
<b>Despesas administrativas e gerais</b>	<b>(280.163) (576.689)</b>
Pessoal e encargos	18 (90.780) (179.368)
Comunicações	(8.424) (17.960)
Processamento de dados	(3.906) (9.152)
Serviços do sistema financeiro	(5.799) (10.518)
Repasse sobre comissões	14 (52.281) (97.722)
Depreciação e amortização	10 (1.051) (2.200)
Tributários	19 (31.392) (63.554)
Reembolsos de despesas com intragrupo - Intercompany	14 (79.047) (182.652)
Diversas	20 (7.483) (13.963)
<b>Outras receitas/(despesas)</b>	<b>1.867 4.216</b>
<b>Despesas de provisões</b>	<b>(5.914) (7.487)</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>59.543 82.663</b>
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>59.543 82.663</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>12a (24.376) (29.433)</b>
Corrente	(22.074) (22.074)
Diferido	(2.302) (7.359)
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>35.167 53.230</b>
Nº de ações	13 44.155.370 44.155.370
<b>Lucro líquido por ação (básico e diluído)</b>	<b>0,80 1,21</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos ativos recuperáveis com um aumento significativo no risco de crédito desde seu reconhecimento inicial, mas que não foram originados com problemas de recuperação; • Estágio 3 - Perdas de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de crédito: Aplicável aos ativos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito devido à ocorrência de um ou mais eventos. A Corretora não possui nenhum instrumento com perda esperada associada ao risco de crédito no exercício. **Legenda:** PE - Perda Esperada; N - Negociação e Intermediação de valores; Demonstração pelo saldo das operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos. d) **Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais e perda por cliente e sistema de processamento de dados, os custos de outros ativos demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos. Os demais ativos e passivos da Corretora estão classificados como custo amortizado, conforme o art. 4º e 9º da 4.966/21. e) **Redução ao valor recuperável de outros ativos (impairment):** Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas as eventuais perdas apuradas no resultado do exercício. No exercício não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos. f) **Imobilizado de uso e intangível:** Reconhecimento e mensuração: São registrados pelo custo de aquisição deduzida depreciação e amortização acumuladas e perdas por impairment, quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **Depreciação e amortização:** A depreciação e a amortização são calculadas de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Instalações	10%
Móveis e equipamentos	10%
Outros equipamentos	20%
Equipamentos de processamento de dados e software	20%

Ágio: O ágio por expectativa de rentabilidade futura está apresentado líquido de qualquer redução ao valor recuperável de ativos (impairment) acumulado. A amortização do ágio ocorre de forma linear, de acordo com o prazo esperado de realização. Os intangíveis identificados, por meio de laudos de avaliação produzidos internamente, estão representados pela lista de bens e direitos de natureza intangível, cuja vida útil é estimada de forma linear no prazo de 30 anos. 1 - Decorrente da aquisição da Link via UBS Acquisition Holding S.A. g) **Receitas e contribuições: Tributos correntes:** A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 15%. Tributos diferidos: Os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com o exigível. Provisões: são reconhecidas quando, com base no reconhecimento de passivos contingentes, os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando da utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas



Investment Bank

boas de valores deixaram de ser entidades sem fins lucrativos e passaram a ser empresas de capital aberto, os antigos detentores de títulos passaram a ser acionistas, o que ocasionaria, de acordo com a argumentação do fisco, o suposto ganho patrimonial sujeito à tributação de IRPJ e CSLL. A ação foi julgada improcedente em 2009 e, atualmente, aguarda-se o julgamento definitivo de recurso de apelação. Não obstante considerar que a Portaria nº 785/77 e o precedente representado pela Decisão nº 13.979 levam à conclusão de que não é devida a tributação em questão, mas considerando as incertezas acerca do entendimento sobre o assunto nos tribunais fiscais, a empresa, por unanimidade, fundamentada na opinião de seu assessor jurídico, decidiu pela constituição da provisão contábil em montante equivalente a fazer face ao eventual recolhimento dos tributos. O depósito judicial foi realizado espontaneamente na Ação Cautelar com o objetivo de suspender a exigibilidade do crédito tributário em discussão e o julgamento de ambas as partes ocorrerá em conjunto. (4) IRPJ e CSLL (desmutualização do BOVESPA) Link S/A e COTVM teve contra si lavrada Ação de Infração, o qual deu origem a Processo Administrativo com vistas a exigir IRPJ e CSLL em decorrência da transformação dos títulos que detinha da BOVESPA em ações por conta da operação de desmutualização. Como os débitos só poderiam ser executados após o encerramento do processo administrativo, foi ajuizado MS e, posteriormente, Ação Cautelar para suspender a exigibilidade do débito e viabilizar a defesa em instância administrativa. Além disso, a Execução Fiscal, que havia sido prematura neste caso, foi extinta com os Embargos. Assim, toda a atividade de cobrança retrocedeu ao seu primeiro estágio, de impugnação ao Auto de Infração. Atualmente, o processo encontra-se em esfera administrativa aguardando julgamento de Recurso Voluntário. (5) Depósito judicial realizado no âmbito de ações trabalhistas, decorrentes do curso regular das operações. (6) Trata-se de ação ordinária de indenização cível ajuizada contra a Link SA COTVM decorrente do curso regular das operações, em que se discute o pagamento de danos materiais e morais. Atualmente, o processo encontra-se em fase recursal e, paralelamente, de cumprimento de sentença. **Passivos contingentes:** A Corretora é parte de processos classificados, pela administração e seus assessores jurídicos, como parte possível e para as quais não foram constituídas provisões:

	Quant.	31/12/2025
Processos administrativos:		
Processos judiciais e administrativos tributários classificados como possíveis e sem provisão	5	12.676
Ações trabalhistas	1	282
Ações civis	3	211
		13.169

**10. Imobilizado de uso e intangível:** a) Imobilizado de uso:

	Móveis e Equipamentos	Instalações	equipamentos de processamento de dados	Total
<b>Saldos em 01/01/2025*</b>	121	13	567	687
Aquisições	-	-	416	6.337
Baixas	-	-	(5)	(5)
Depreciações (23)	(3)	(121)	-	(947)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>98</b>	<b>10</b>	<b>857</b>	<b>6.077</b>
Custo	226	46	1.034	31.107
Depreciação acumulada	(128)	(36)	(177)	(25.303)

b) Intangível:

	Lista de processamento clientes (I)	de dados (II)	Total
<b>Saldos em 01/01/2025*</b>	13.438	666	20.194
Amortização (1.069)	-	(97)	(1.166)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>18.369</b>	<b>629</b>	<b>18.996</b>
Custo (I)	32.100	1.100	33.200
Amortização acumulada (13.731)	-	(471)	(14.202)

\* A adoção da norma CMN nº 4.966/2021, não gerou impactos nos saldos de abertura, portanto, o saldo de 01/01/2025 é igual 31/12/2024. (i) Representado pelos Ativos Intangíveis da UBS Acquisition Holding S.A., decorrente da compra da antiga Link Holding S.A., pelo grupo UBS. c) Ação: O ação sobre resultados futuros de R\$ 125.897 foi integralmente amortizado até 30 de junho de 2025.

**11. Outros passivos:**

	31/12/2025
<b>Circulante</b>	
Sociais e estatutárias	12.642
Fiscais e previdenciárias	
Impostos e contribuições sobre o lucro	22.074
Impostos e contribuições a recolher	36.603
Impostos e contribuições diferidos	131
<b>Diversas</b>	
Obrig. Aquisição de bens e direitos (I)	7.388
Provisão de pagamentos a efetuar	
Despesas de pessoal	91.753
Outras despesas administrativas a pagar	182
Perda esperada	437
Outros pagamentos - taxas e emolumentos	712
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 14)	27.011
Credores diversos - país	
Contas a pagar - despesas administrativas	1.190
<b>Total</b>	<b>200.123</b>

(i) Representada por obrigações de aquisição da Link Holding S.A. ocorrida no exercício de 2013. Tais obrigações são atualizadas por uma taxa equivalente a 95% do CDI. Ver Nota 3 (i), Nota 5 e Nota 9 (4).

**12. Imposto de renda e contribuição social:** a) A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	2º Sem/2025	31/12/2025
<b>Correntes</b>		
<b>Resultado Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	59.543	82.663
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(23.805)	(33.041)
<b>Não tributável/não dedutível:</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social <sup>1</sup>	20.971	-
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(19.594)	10.613
Incentivos Fiscais	354	354
<b>Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	(22.074)	(22.074)
<b>Ativo fiscal diferido</b>		
Constituídos no exercício	639	1.302
Realizados no exercício	(2.941)	(6.661)
<b>Recitas/(Despesas) de Tributos Diferidos</b>	<b>(2.302)</b>	<b>(7.359)</b>

<sup>1</sup> O Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do exercício foram originados pelo pagamento de bônus ocorrido em fevereiro, o que resultou na dedução da referida despesa para fins de cálculo do IRPJ e da CSLL e consequente redução da base fiscal. O provisionamento dos bônus a serem pagos em 2026 fará com que a base fiscal seja positiva em dezembro/2025. b) Créditos Tributários: Composição dos créditos tributários:

	31/12/2025
<b>Aparação de imposto de renda e contribuição social - diferidos</b>	
Base de cálculo:	
Provisão para bônus no exercício (i)	123.707

Fernando Carvalho - Diretor

**UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

CNPJ nº 02.819.125/0001-73

	31/12/2025
Passivos contingentes	24.948
Outras provisões	676
Base de cálculo:	149.331
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	59.739
<b>Total</b>	<b>59.739</b>

A provisão para bônus está apresentada, principalmente, na Nota 11 como "Imposto de Pessoa" e "Imposto e Contribuições a recolher". Os créditos tributários apresentaram no exercício a seguinte movimentação:

	Consti- 01/01/2025*	Reversão/ tuição (utilização)	31/12/2025
Provisão para bônus	58.274	(8.791)	49.483
Amortização do Agio	5.036	(5.036)	-
Passivos contingentes	8.678	1.302	9.980
Outras provisões	139	131	270
<b>Total</b>	<b>72.127</b>	<b>1.302</b>	<b>(13.696)</b>

\* A adoção da norma CMN nº 4.966/2021, não gerou impactos nos saldos de abertura, portanto, o saldo de 01/01/2025 é igual 31/12/2024. A previsão de reconhecimento dos créditos tributários é a seguinte:

	2026	2027	Total
Créditos tributários - Provisão para bônus	49.483	-	49.483
Passivos contingentes	4.990	4.990	9.980
Outras provisões	270	-	270
<b>Total</b>	<b>54.743</b>	<b>4.990</b>	<b>59.733</b>

A Administração realiza periodicamente uma avaliação dos créditos tributários, tendo como premissa a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social sobre lucro em montante que justifique a atuação de tais valores. Com base em suas projeções econômicas de resultado, considera que aforará lucro tributável, dentro do prazo regulamentar, para absorver todos os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente desses créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic, correspondem a R\$ 55.298.

**13. Patrimônio líquido:** Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social de R\$ 363.158 está representado por 44.155.370 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, subscritas por acionista domiciliada no país. Reserva de lucros - Reserva Legal: Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. Reserva de lucros - Reserva estatutária: A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinara a Assembleia Geral, por proposta da diretoria. Juros sobre capital pagável: Nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2025 não foram pagos juros sobre capital próprio conforme faculta o artigo 2º da Lei nº 9.249/95. Dividendos: Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas e conforme o estatuto social da Corretora. Em 31 de dezembro de 2025 foi aprovada a distribuição de dividendos, que será deliberado na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2026. De acordo com a Diretoria, foi aprovada, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2025, a distribuição de dividendos de exercício anterior no montante de R\$ 42.371, dos quais foram integralmente pagos.

**14. Partes relacionadas:** As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). a) Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

Descrição	Natureza do relacionamento	31/12/2025
<b>Ativo</b>		
Disponibilidades	Relacionadas	261
Aplicações em operações compromissadas	Relacionadas	214.235
Outros créditos:		
Negociação e intermediação de valores	Relacionadas	109
Outros valores a receber (1)	Relacionadas	1.298
<b>Passivo</b>		
Outras Obrigações:		
Sociais e estatutárias	Controladora	12.642
Negociação e intermediação de valores	Relacionadas	15.887
Comissões e corretagens a pagar	Relacionadas	882
Outros valores a pagar (1)	Relacionadas	27.011
Outras Obrigações	Relacionadas	77
	Natureza do 2º Sem/2025	31/12/2025
<b>Descrição</b>		
<b>Resultado</b>		
Receita de prestação de serviços	Relacionadas	20.505
Outras receitas operacionais (1)	Relacionadas	1.199
Outras despesas operacionais (2)	Relacionadas	(97.875)
Outras despesas administrativas (1)	Relacionadas	(80.679)
(1) Montantes referentes principalmente, a reembolsos de despesas administrativas/operacionais (em sua maioria de pessoal), conforme contrato de rateio entre as empresas do Grupo UBS. (Nota 11). (2) Montantes referentes principalmente a repasses. São consideradas como partes relacionadas as entidades do Grupo UBS AG no Brasil (como Banco de Investimento UBS (Brasil) S.A. e UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A.) e no exterior (como UBS AG, UBS Limited e UBS LLC), além de relacionadas no Brasil, como Banco do Brasil - BI. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Corretora. As pessoas-chave da Administração foram remuneradas, como segue:		
Remuneração fixa	10.685	
Bônus	19.854	
Encargos sociais	10.514	
<b>Total</b>	<b>41.053</b>	

	31/12/2025
<b>15. Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	
Amortização do Agio <sup>1</sup>	(97.570)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	197
<b>Total</b>	<b>(97.373)</b>

<sup>1</sup> Agio relativo à incorporação reversa da UBS Brasil Acquisition Holding S.A.

**16. Resultado de operações com instrumentos financeiros:**

	2º Sem/2025	31/12/2025
<b>Valor Justo por meio de resultado abrangente (VJORA)</b>	<b>28.495</b>	<b>51.652</b>
Receita de Juros - Títulos de renda fixa	28.429	51.492
Ganhos (Perdas) - Títulos de renda fixa	66	160
<b>Valor ao custo Amortizado (CA)</b>	<b>14.914</b>	<b>29.064</b>
Receita de Juros - Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.914	29.064
<b>Valor justo por meio de resultado (VJR)</b>	<b>4.342</b>	<b>8.367</b>
Ganhos (Perdas) - Outros	332	1.082
Receita de Juros - Aplicações em fundos de investimento	4.010	7.285
<b>Total</b>	<b>47.751</b>	<b>69.083</b>

As aplicações interfinanceiras de liquidez são representadas por juros de operações compromissadas com títulos públicos federais e juros de certificado de depósitos interbancário.

Diretoria

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente ao Semestre findo em 31 de Dezembro de 2025

Auditoria Interna, diretamente subordinada à Diretoria, é responsável pela verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativas por parte das entidades sob supervisão da Diretoria. Os auditores externos são responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras do UBS BB, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Em 1º de janeiro de 2025, entraram em vigor as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BC nº 352/23 que alteraram os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, com alterações na classificação, mensuração e provisão dos mesmos. **Atividades do Comitê:** As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Diretoria, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de

capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

	2º Sem/2025	31/12/2025
<b>17. Receitas de prestação de serviços:</b>		
Rendas de assessoria técnica	77.098	126.079
Rendas de comissões de colocação de títulos	124.344	235.255
Rendas de corretagens de operações em Bolsas	91.189	195.515
Rendas de serviços prestados a ligadas (Nota 14)	3.322	16.586
Rendas de serviços diferenciados - pessoa física	49	84
Rendas de outros serviços	-	17
<b>Total</b>	<b>296.002</b>	<b>573.540</b>

	2º Sem/2025	31/12/2025
<b>18. Pessoal e encargos:</b>		
Despesa de pessoal - benefícios	5.382	10.247
Despesa de pessoal - encargos sociais	12.168	23.183
Despesa de pessoal - proventos	28.122	56.934
Despesa de pessoal - proventos - bônus	33.591	65.555
Despesa de pessoal - proventos - bônus - encargos	11.111	22.527
Despesa de pessoal - treinamento	35	257
Despesa de remuneração de estagiários	371	665
<b>Total</b>	<b>90.780</b>	<b>179.368</b>

	2º Sem/2025	31/12/2025
<b>19. Tributárias:</b>		
Despesas com impostos sobre serviços - ISS	16.076	30.801
Despesas de contribuição social - COFINS	11.215	24.641
Despesas de contribuição - PIS	2.401	4.583
Outros	1.700	3.529
<b>Total</b>	<b>31.392</b>	<b>63.554</b>

	2º Sem/2025	31/12/2025
<b>20. Despesas administrativas - diversas:</b>		
Despesas com aluguel	166	327
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	1.666	2.768
Despesas de serviços de terceiros	217	443
Despesas com serviços técnicos especializados	1.972	3.901
Despesas de viagem	2.605	4.874
Outras despesas	857	1.250
<b>Total</b>	<b>7.483</b>	<b>13.563</b>

**21. Benefícios a empregados:** a) Remuneração variável por desempenho: A Corretora adota o programa de remuneração global do grupo UBS, e como parte deste programa, os funcionários são elegíveis ao recebimento anual de uma remuneração variável, além do seu salário fixo e demais benefícios. O programa estabelece critérios para pagamento desta remuneração por meio de 3 instrumentos, que possuem critérios de vencimento diferentes: Os instrumentos utilizados são: Crédito em conta, através de folha de pagamento, em espécie. - Ações do grupo UBS AG (Equity Ownership Plan - EOP), negociadas na bolsa de Zurich ou Nova Iorque. Estas ações não são títulos patrimoniais da Corretora, portanto o passivo incorrido é mensurado por meio de seu valor justo e reavaliado ao término de cada exercício de reporte e na data de liquidação, sendo que qualquer mudança deve ser reconhecida no balanço de abertura. - Despesas de pessoal. b) Provisão complementar: A Corretora concede benefício aos seus funcionários que aderiram ao plano de previdência complementar de contribuição definida. A despesa com a contribuição fixa e variável efetuada pela Corretora no exercício foi de R\$ 2.828 e estão apresentadas em despesas de pessoal. O plano de previdência é administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S/A. 22. Gerenciamento de riscos: O Conglomerado UBS Brasil (Conglomerado) definiu apetites de riscos quantitativos e qualitativos para os seus principais riscos tomados. O Conglomerado também realiza testes de estresse nos principais riscos tomados e os resultados são utilizados nos testes feitos no plano de capital do conglomerado. O Conglomerado possui Comitê de Riscos que se reúne periodicamente para discutir a utilização dos apetites, principais indicadores de riscos, e o gerenciamento de riscos. As instituições integrantes do Conglomerado gerenciam seus principais riscos que são: **Risco de mercado** - é definido como o risco de perda de um valor financeiro de uma carteira devido a mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações de taxas de juros, de cotações de câmbio e de ações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moeda, juros e outros indexadores. O Conglomerado possui sua carteira de negociações com o intuito de atender a demanda de hedge e investimento dos seus clientes no mercado e atua como market maker em muitos mercados brasileiros. Toda a sua carteira de negociação é marcada a mercado utilizando preços, índices ou curvas obtidas diretamente do mercado. Para a gestão do risco de mercado, o Conglomerado utiliza ferramentas largamente conhecidas como o Value at Risk (VaR), onde analisa a perda potencial da carteira (metodologia de VaR) e calcula a perda financeira máxima em situações normais de mercado dado um determinado nível de confiança. Em complemento ao VaR, utiliza testes de estresse para calcular a perda esperada em momentos de estresse do mercado. O Conglomerado acompanha diariamente as sensibilidades de riscos a juros, câmbio, ações e volatilidade de índices, bem como calcula o VaR e o teste de verificação de carteiras. Excessos de limites são reportados tempestivamente à Diretoria que acompanha o reequilíbrio das carteiras aos limites permitidos pela regulamentação vigente. O Conglomerado também acompanha o risco de taxa de juros da sua carteira de não negociação e possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente, onde se discute a estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de back testing de modelos etc. O risco de mercado do Conglomerado é identificado, calculado e monitorado diariamente e informado à mesa de operações e à Diretoria do Conglomerado com base na posição consolidada do Conglomerado, assim como os valores de sensibilidade apresentados nesta Nota. O Conglomerado estima o VaR em um horizonte de um dia e nível de confiança de 98%. O modelo utilizado para estimar o VaR é uma simulação de Monte Carlo. Para a realização das atividades e procedimentos de back testing, o Conglomerado utiliza testes de verificação de back testing posteriores (back testing) que consistem em calcular a porcentagem de vezes em que o retorno efetivo do portfólio é superior em módulo à estimativa do VaR e comparar o número com o nível de confiança utilizado. Em 31 de dezembro de 2025, a posição do VaR das carteiras de negociação e não negociação do Conglomerado era de R\$ 4.627. A análise de cenários é um processo pelo qual são analisados os retornos esperados segundo possíveis eventos futuros e utilizada para verificar as perdas potenciais com base na probabilidade de ocorrência. O modelo de análise de cenários possui natureza dinâmica, pois representa um conjunto de dois cenários: otimista e pessimista. Esses cenários incorporam, em intervalos regulares, as variações que refletem mudanças estruturais no mercado com base em preços históricos e volatilidades, questões econômicas e liquidez do mercado. I. Risco de Juros: O risco de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros varie devido a mudanças nas taxas de juros do mercado. Os riscos de juros são geridos pelo Conglomerado de forma consolidada por meio de técnicas de monitoramento de exposição e do uso dos vários derivativos de juros disponíveis no mercado. Em 31 de dezembro de 2025, a sensibilidade à taxa de juros nominal em reais do Conglomerado era de R\$ 1 para cada ponto-base de taxa. II. Risco de Crédito: O risco de crédito local em UBS era perda de R\$ 49 para cada ponto-base de baixa. II. Risco de câmbio: O risco de câmbio do Conglomerado

	Dezembro/2025
Patrimônio de Referência Nível I	4.426.866
Capital Principal	4.426.866
Patrimônio de Referência Nível II	-
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>4.426.866</b>
RWA de Crédito <sup>1</sup>	4.751.661
RWA de Mercado <sup>1</sup>	2.093.665
RWA Operacional	5.487.253
<b>Total do RWA</b>	<b>12.332.780</b>
<b>Adicionais de Capital Aplicáveis</b>	<b>2.500</b>
Conservação	2.500%
<b>Índice de Basileia - Capital Nível I</b>	<b>35,90%</b>
Mínimo Requerido <sup>2</sup>	8,50%
<b>Índice de Basileia - Capital Principal</b>	<b>35,90%</b>
Mínimo Requerido <sup>2</sup>	7,00%
<b>Índice de Basileia - Patrimônio de referência&lt;/</b>	